

CORREIO JURÍDICO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Eleitores precisam regularizar título para votar

Prazo para regularizar título para votar vai até 06 de maio

Eleitores têm até 6 de maio para tirar o título de eleitor ou regularizar a situação cadastral para participar das Eleições 2026. O prazo começou em 6 de abril e vale para emissão do primeiro título, atualização de dados, transferência de domicílio eleitoral e regularização de pendências junto à Justiça Eleitoral. Após essa data, o cadastro será fechado para organização do pleito, marcado para 4 de outubro. Neste ano, estarão em disputa os cargos de presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais ou distritais. O voto é obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para jovens de 16 e 17 anos, analfabetos e pessoas acima de 70 anos. Quem estiver irregular pode ficar impedido de votar.

Indenização por danos morais

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve, em parte, sentença que condenou o Estado a indenizar um jovem por danos morais após ele presenciar o ataque à Escola Raul Brasil, em Suzano (SP), em 2019. Na ocasião, dois homens invadiram a escola, mataram 10 pessoas — incluindo estudantes e funcionários — e feriram 11. O jovem sofreu trauma que prejudicou seu retorno às aulas e convívio social. A indenização foi fixada em R\$ 20 mil.

Divulgação MPF



Prédio do antigo DOI-Codi, no Rio, pertence ao Exército

Exército explica sobre Doi-Codi

O Exército Brasileiro se manifestou sobre o caso da destinação do prédio da União onde funcionou o DOI-Codi, no Rio de Janeiro, em Centro de Memória de Direitos Humanos. O edifício foi utilizado durante a ditadura militar (1964-1985) como centro de repressão política, onde ocorreram prisões ilegais, tortura e perseguição a opositores do regime. Por meio de nota, o Exército explicou que “no momento, não há projeto em andamento para transformar o DOI-Codi em Centro de Memória. Atualmente a instalação é ocupada por um quartel do Exército”.

MPF acompanha o caso

Em fevereiro de 2025, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) enviou uma representação ao Ministério Público Federal (MPF) solicitando providências para transformar o prédio em um centro de memória e direitos humanos, preservando a história do período e garantindo acesso público. O MPF acompanha a situação e pediu informações aos órgãos competentes sobre a administração do imóvel.

POR
ANDRE SOUZA

Propriedade Rural I

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, quando alguém perde a propriedade de uma terra rural por decisão judicial, o contrato de arrendamento daquela terra termina automaticamente. Na prática, o arrendatário não pode continuar no imóvel até o fim do prazo que estava no contrato, pois perdeu a posse.

Propriedade II

No caso analisado, em Mato Grosso, o arrendatário tentou alegar que o novo dono tinha direito de permanecer na fazenda até o fim do prazo acordado. O STJ explicou que essa sub-rogação só vale em vendas ou ônus reais, mas não quando a propriedade foi julgada perdida: o contrato já não existe e, portanto, ele deve sair.

Irregularidades I

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou a condenação de uma construtora após fiscalização do Ministério Público (MPT) identificar irregularidades em uma obra em Campos de Goytacazes (RJ). Faltavam cuidados básicos de segurança no local, como proteção em andaimes e elevadores, colocando os trabalhadores em risco.

Irregularidades II

A condenação reforça que empresas devem seguir normas de saúde e segurança no trabalho, previstas nas leis brasileiras e nas Normas Regulamentadoras (NRs), para proteger quem trabalha na construção civil. A decisão do TST serve também como alerta para outras empresas agirem preventivamente e evitar acidentes e penalidades.

Segurança Jurídica

A Advocacia-Geral da União (AGU), a Federação das Indústrias de SP (Fiesp) e o Centro das Indústrias de SP (Ciesp) assinaram acordo de cooperação para fortalecer métodos de resolução de conflitos, como mediação, conciliação e arbitragem, aproximando o Estado do setor produtivo e ampliando segurança jurídica nos negócios.

Relatório de Tortura

A Defensoria Pública da União (DPU) colaborou com informações ao Relatório Especial das Nações Unidas sobre Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Inhumanos ou Degradantes, apresentado em sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. A DPU forneceu dados sobre o sistema penitenciário brasileiro e impactos da tortura.



Projeção do bairro planejado Cidade Urbitá, em Sobradinho

MPF pede suspensão do projeto Cidade Urbitá no DF

Desenvolvedora diz ter aprovações urbanísticas e ambientais

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública para paralisar o licenciamento do empreendimento Cidade Urbitá, em Sobradinho (Distrito Federal), por riscos ambientais graves e adensamento populacional considerado ilegal pelo órgão. A ação foi protocolada na terça-feira (7) pela Procuradoria da República no Distrito Federal, argumentando que o projeto habitacional prevê uma população muito elevada e omite impactos significativos ao meio ambiente na análise ambiental.

O projeto prevê abrigar cerca de 134 mil pessoas, o que o MPF destacou como uma população superior a “80% das cidades brasileiras”. O procurador da República Daniel Cesar Azeredo Avelino afirmou que o projeto “destoa completamente do pedido originário” de 2010, cujo objetivo era apenas a regularização fundiária da Fazenda Paranoazinho, e não a criação de um bairro de alta densidade populacional.

Segundo o MPF, a proposta apresenta “impermeabilização excessiva para as áreas”, que poderá ter impactos ambientais e sociais consideráveis e que, conforme o Relatório de Impacto Ambiental Complementar (RIAC), “não foram devidamente mensurados”.

Outro ponto citado pelo MPF é o sistema de saneamento previsto no projeto. O órgão

afirmou que pareceres técnicos indicam que “a capacidade do Ribeirão Sobradinho para receber novos efluentes já está esgotada”. Além disso, partes essenciais da infraestrutura, como a estação elevatória de esgoto, estariam propostas para instalação em Áreas de Preservação Permanente (APPs), sem alternativas para evitar esses locais protegidos.

Na ação, o MPF requer com urgência a interrupção imediata de todos os processos administrativos relacionados ao licenciamento do Cidade Urbitá, a anulação da autorização ambiental concedida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), considerando que foram ignorados riscos interrelacionados e cumulativos e a elaboração de novos estudos de impacto, feitos pela Urbanizadora Paranoazinho, que avaliem o impacto total do projeto — e não apenas de etapas fragmentadas — incluindo a capacidade real do Ribeirão Sobradinho em suportar o esgoto gerado.

Em nota, a Urbanizadora Paranoazinho comenta que a “ação é infundada” e diz ter todas as aprovações urbanísticas e ambientais obtidas junto ao GDF, Conplan, Ibram, ICMBio e demais órgãos competentes e um projeto construído com plena conformidade legal e técnica. “Esse histórico nos dá tranquilidade para responder a qualquer questionamento” - cita.